

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXX- UF**

FULANO DE TAL , menor relativamente incapaz, filho de MÃE DE TAL e PAI DE TAL , assistido por sua mãe **MÃE DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, cédula de Identidade nº XXXXXXX , inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX , residente e domiciliada no ENDEREÇO, CEP:XXXX-XXX, telefone: (XX) XXXXX-XXXX, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, com fundamento na legislação vigente, ajuizar a presente:

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
(sob o rito da penhora)

em desfavor de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, demais dados desconhecidos, podendo ser citado no seu local de trabalho, qual seja: **ENDEREÇO**, pelos fatos e fundamentos a seguir elencados:

Preliminarmente, informa-se que está se ajuizando a presente ação autônoma de execução de alimentos pelo rito da constrição patrimonial, tendo em vista que no processo que fixou os alimentos já está sendo realizado o cumprimento de sentença pelo rito da prisão.

OU

Preliminarmente, informa-se que está se ajuizando a presente ação autônoma de execução de alimentos pelo rito da constrição patrimonial, considerando que atualmente o Exequente reside em XXXXXXXXX-UF, nos termos do art. 528, § 9º do CPC.

OU

Preliminarmente, informa-se que está se ajuizando a presente ação autônoma de execução de alimentos pelo rito da constrição patrimonial, considerando que se tratam de alimentos provisórios ou decorrente de sentença ainda não transitada em julgado, nos termos do art. 531, § 1º do CPC.

Nesse sentido, o Executado está obrigado a prestar alimentos, mensalmente ao Exequente por força da r. sentença anexa, no percentual de X% do salário-mínimo, com vencimento todo dia 30 de cada mês.

Ou

Conforme consignado na sentença dos presentes autos, **o Executado se comprometeu ao pagamento de alimentos em favor do Exequente no percentual de X% (XXXXX cento) dos seus rendimentos brutos**, sendo que o último valor depositado foi de R\$ XXX,XX, que será a base de cálculo dos alimentos em atraso, destacando que por se tratar de desconto em folha de pagamento, será considerado o dia do vencimento todo dia 30 de cada mês.

Todavia, o Executado não deposita a quantia referente aos meses de de a de , onde o valor devido ao Exequente se encontra demonstrado na planilha abaixo:

Ante o exposto, requer:

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

b) seja realizada penhora ON LINE, de numerário e/ou aplicações financeiras do Executado, nos termos do art. 854, do CPC, no valor devido de R\$, para assegurar a eficácia da presente execução;

c) na sequencia seja determinada a intimação do Executado (art. 513, §2, do CPC), para, no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento do valor devido de R\$, a ser depositado na conta nº , agência , operação , banco TAL, em nome da genitora do menor;

d) caso o Executado não efetue o pagamento dos alimentos no prazo legal, requer caso não tenha sido deferido o pedido do item b, retro, **que seja realizada penhora ON LINE de numerário e/ou aplicações financeiras do Executado** no valor total de R\$ (VALOR DEVIDO PELO EXECUTADO MAIS XX%), que compreende o principal mais a multa de 10% (R\$) e os honorários a favor do PROJUR de 10% (R\$), a incidir ambos os percentuais sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º do CPC;

e) caso o Executado não efetue o pagamento do débito alimentar no prazo legal, requer seja determinado também o protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 517, do CPC, bem como, a inclusão do nome do Executado junto aos cadastros do SPC-SERASA, nos termos do art. 782, § 3º do CPC;

f) a intervenção do Ministério Público;

g) a condenação do Executado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de provas em direitos admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a presente ação.

Valor da causa: R\$

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX/UF, DIA de MÊS de ANO.

FULANO DE TAL

Representante legal da Representante

FULANO DE TAL
Defensor Público